

# DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2021

Energisa  
Comercializadora



## Relatório da Administração

A Administração da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“Energisa Comercializadora” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do do exercício de 2021, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelos sócios quotistas em 16 de março de 2021.

A empresa, criada em outubro de 2005, atua na área de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre, negociando energia e prestando serviços tanto para os projetos próprios do Grupo Energisa, quanto para projetos de terceiros. A empresa também atua como braço de apoio comercial do Grupo Energisa na área de geração de energia.

### Comercialização de energia

Além das fortes chuvas e elevação das vazões na maior parte das bacias, melhorando significativamente o cenário hidrológico no 4T21, o Sistema Interligado Nacional (SIN) apresentou recuperação dos reservatórios (+9% no período), chegando a 33% ao final de dezembro, refletindo numa queda do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) que passou de R\$ 577,37/MWh em setembro para R\$ 66,67/MWh no mês de dezembro no submercado SE/CO. Essa redução afetou o mercado de maneira significativa, impactando a precificação da energia, inclusive nos produtos de médio prazo (2 anos à frente).

No tocante ao comportamento do mercado no ano de 2021, conforme dados divulgados pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o consumo no mercado livre apresentou aumento de 3,6% frente a uma ligeira retração no ambiente regulado, de -0,2%. Vale destacar que grande parte deste aumento no ACL esteve relacionado ao crescimento do número de migrações do ambiente regulado para o livre. Nesse sentido, a CCEE encerrou o mês de dezembro de 2021 com mais de 12 mil agentes, 14% a mais do que o final de 2020, sendo a maior parte deste número de clientes livres e especiais, que somam cerca de 10 mil. Outro dado que corrobora o desempenho favorável do mercado livre é o aumento do número de comercializadoras, que passou de 397 em dez/20 para 456 em dez/21, comprovando a atratividade e competitividade do segmento

A mudança repentina do cenário hidrológico nos últimos meses do ano, aliada à baixa liquidez das operações, prejudicou o volume negociado nas operações de curto prazo. A Energisa Comercializadora (ECO) apresentou uma redução de 15,9% no volume faturado de energia no 4T21, frente ao mesmo período de 2020. Adicionalmente, a elevada volatilidade dos preços ao longo do ano e a tímida recuperação do nível de atividade impactaram o desempenho do ano de 2021, resultando em uma retração de 12,8% no volume faturado na comparação com o ano anterior. Apesar desse cenário, a ECO investiu na prospecção de clientes para venda de energia de longo prazo, apresentando um crescimento de mais de 30% na carteira de clientes, com foco em consumidores finais.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Vendas a consumidores livres (ECOM)	1.277	1.519	-15,9%	4.778	5.481	-12,8%

A Administração.

**Informações financeiras trimestrais**

(1) **Balanco Patrimonial Ativo**

**ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	71.316	17.950
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	6.993	66.674
Clientes	5	92.432	118.598
Tributos a recuperar	6	8.651	2.189
Instrumentos Financeiros Derivativos	20	47.012	34.739
Outros créditos	7	17.635	2.723
<b>Total do circulante</b>		<b>244.039</b>	<b>242.873</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	5.614	5.084
Clientes	5	22.500	15.000
Tributos a recuperar	6	621	2.576
Instrumentos Financeiros Derivativos	20	472.513	311.735
		<b>501.248</b>	<b>334.395</b>
<b>Imobilizado</b>		515	287
<b>Intangível</b>		396	574
<b>Total do não circulante</b>		<b>502.159</b>	<b>335.256</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>746.198</b>	<b>578.129</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(2) **Balço Patrimonial Passivo**

**ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	99.224	110.323
Encargos de dívidas	11	71	1.817
Empréstimos e financiamentos	11	33.573	40.000
Impostos e contribuições sociais	12	454	3.167
Obrigações estimadas		460	350
Instrumentos Financeiros Derivativos	20	68.135	33.061
Benefícios pós-emprego	21	2	4
Adiantamentos recebidos de clientes		4.167	996
Arrendamentos operacionais		3	5
Outras contas a pagar		2.966	1.866
<b>Total do circulante</b>		<b>209.055</b>	<b>191.589</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	10	12.500	8.333
Empréstimos e financiamentos	11	93.533	31.233
Adiantamentos recebidos de clientes		5.543	9.836
Impostos e contribuições sociais	12	9.425	5.024
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	6.650	17.298
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	13	650	-
Benefícios pós-emprego	21	9	22
Instrumentos Financeiros Derivativos	20	364.735	251.614
Arrendamentos operacionais		22	58
Débito com partes relacionadas	9	38.380	35.771
Outras contas a pagar		166	332
<b>Total do não circulante</b>		<b>531.613</b>	<b>359.521</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14.1	5.119	5.119
Reservas de capital	14.2	131	160
Reserva especial de distribuição de lucros	14.3	111	21.583
Outros resultados abrangentes	14.5	169	157
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.530</b>	<b>27.019</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>746.198</b>	<b>578.129</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(3) Demonstrações de Resultados

**ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o prejuízo por quota.)

	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	15	<b>894.480</b>	<b>944.409</b>
Custo da energia elétrica vendida	16	(923.631)	(912.959)
<b>Prejuízo bruto</b>		<b>(29.151)</b>	<b>31.450</b>
Despesas com vendas	16	444	(1.618)
Despesas gerais e administrativas	16	(13.185)	(8.505)
Outras receitas e despesas	17	15.491	(26.926)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>(26.401)</b>	<b>(5.599)</b>
Receitas financeiras	18	2.096	2.196
Despesas financeiras	18	(7.821)	(4.722)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(5.725)</b>	<b>(2.526)</b>
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>		<b>(32.126)</b>	<b>(8.125)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	-	(2.532)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	10.654	5.165
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(21.472)</b>	<b>(5.492)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por quota - R\$</b>		<b>(4,19)</b>	<b>(1,07)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(4) Demonstrações do resultado abrangente

**ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(21.472)</b>	<b>(5.492)</b>
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	14.4	12	133
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>		<b>(21.460)</b>	<b>(5.359)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(5) Demonstrações do Fluxo de Caixa

**ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021** (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício		(21.472)	(5.492)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	(10.654)	(2.633)
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		9.636	27.252
Depreciação e amortização	19	159	99
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	19	(444)	1.617
Provisões possíveis para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	19	608	-
Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia	20	(19.212)	21.814
(Ganho) Perda na alienação de bens do imobilizado	20	-	-
Marcação a mercado da dívida	21	(658)	(371)
Marcação a mercado de derivativos	21	658	371
Instrumentos financeiros derivativos	21	(4.592)	(24.025)
Pagamento baseado em ações	9	(29)	106
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Diminuição (Aumento) de clientes		19.110	(19.509)
(Aumento) Diminuição de impostos a recuperar	6	(1.077)	3.524
(Aumento) Diminuição de outros créditos		(14.912)	9.850
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
(Diminuição) Aumento de fornecedores		(6.932)	18.723
Aumento de tributos e contribuições sociais		2.100	10.837
Imposto de renda e contribuição social pagos		(412)	(7.966)
Aumento de obrigações estimadas		110	40
(Diminuição) de adiantamento de clientes		(1.122)	(1.595)
Aumento de outras contas a pagar		934	284
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>		<b>(48.201)</b>	<b>32.926</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		61.091	(55.606)
Aplicações no imobilizado e intangível	10 e 11	(244)	(387)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>60.847</b>	<b>(55.993)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	13	90.004	40.000
Pagamentos de empréstimos - principal	13	(40.000)	(58.676)
Pagamentos de empréstimos - juros	13	(4.219)	(1.887)
Partes relacionadas		33	34.711
Recebimento (pagamento) pela liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(5.091)	15.724
Pagamento de dividendos		-	(9.025)
Pagamento arrendamento mercantil	14	(7)	(3)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>40.720</b>	<b>20.844</b>
<b>Varição líquida do caixa</b>		<b>53.366</b>	<b>(2.223)</b>
Caixa e equivalentes de caixa iniciais		17.950	20.173
Caixa e equivalentes de caixa finais		71.316	17.950
<b>Varição líquida do caixa</b>		<b>53.366</b>	<b>(2.223)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(6) Demonstração do Valor Adicionado

**ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
Receitas de revenda de energia elétrica	18	985.740	1.040.786
Outras receitas	20	17.269	-
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	19	444	(1.617)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo da energia elétrica vendida		(1.017.775)	(1.005.775)
Materiais e serviços de terceiros	19	(2.251)	(2.674)
Outros custos operacionais		(1.917)	(22.378)
		<u>(1.021.943)</u>	<u>(1.030.827)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(18.490)</b>	<b>8.342</b>
Amortização	19	(159)	(99)
<b>Valor líquido produzido</b>		<b>(18.649)</b>	<b>8.243</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras		2.198	2.303
		2.954	2.954
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>(16.451)</b>	<b>10.546</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		6.819	3.816
Benefícios		584	475
FGTS		300	195
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		(10.596)	6.715
Estaduais		11	51
Municipais		80	66
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>			
Juros		7.821	4.721
Aluguéis		2	(1)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Prejuízos do exercício	15.2	(21.472)	(5.492)
		<u>(16.451)</u>	<u>10.546</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(7) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

**ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva especial de distribuição de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldos em 01 de dezembro de 2020</b>		<b>5.119</b>	<b>54</b>	<b>27.075</b>	-	<b>24</b>	<b>32.272</b>
Programa de remuneração variável (ILP)	14.2	-	106	-	-	-	106
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.492)	-	(5.492)
Realização de reserva	14.3			(5.492)	5.492		-
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos</b>							-
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	14.4	-	-	-	-	203	203
Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	14.4	-	-	-	-	(70)	(70)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>5.119</b>	<b>160</b>	<b>21.583</b>	-	<b>157</b>	<b>27.019</b>
Programa de remuneração variável (ILP)	14.2	-	(29)	-	-	-	(29)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(21.472)	-	(21.472)
Transferência de reservas	14.3	-	-	(21.472)	21.472	-	-
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos</b>							
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	14.4	-	-	-	-	18	18
Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	14.4	-	-	-	-	(6)	(6)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>5.119</b>	<b>131</b>	<b>111</b>	-	<b>169</b>	<b>5.530</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**(8) Balanço Social Anual**

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2021						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2021			2020		
Receita líquida (RL)	894.480			944.409		
Resultado operacional (RO)	(32.126)			(8.125)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	8.088			4.382		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>Valor</b>			<b>Valor</b>		
Alimentação	257	3,18%	0,03%	192	4,38%	0,02%
Encargos sociais compulsórios	1.443	17,84%	0,16%	891	20,33%	0,09%
Previdência privada	139	1,72%	0,02%	130	2,97%	0,01%
Saúde	269	3,33%	0,03%	227	5,17%	0,02%
Segurança e saúde no trabalho	1	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	7	0,09%	0,00%	2	0,05%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	9	0,11%	0,00%	10	0,23%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	30	0,37%	0,00%	31	0,71%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	2.448	30,27%	0,27%	646	14,74%	0,07%
Outros	29	0,36%	0,00%	54	1,23%	0,01%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>4.632</b>	<b>57,28%</b>	<b>0,51%</b>	<b>2.183</b>	<b>49,81%</b>	<b>0,22%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>Valor</b>			<b>Valor</b>		
Educação	4	-0,01%	0,00%	6	-0,07%	0,00%
Cultura	538	-1,67%	0,06%	531	-6,54%	0,06%
Outros	1	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>543</b>	<b>-1,68%</b>	<b>0,06%</b>	<b>537</b>	<b>-6,61%</b>	<b>0,06%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	-11.948	37,19%	-1,34%	5.941	-73,12%	0,63%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>-11.405</b>	<b>35,51%</b>	<b>-1,28%</b>	<b>6.478</b>	<b>-79,73%</b>	<b>0,69%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>Valor</b>			<b>Valor</b>		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>						
Nº de empregados(as) ao final do período	22			19		
Nº de admissões durante o período	13			4		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1			-		
Nº de estagiários(as)	2			1		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	10			11		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	40,00%			50,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	6			5		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	20,00%			25,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0			-		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>	<b>2021</b>			<b>Metas 2022</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,49			28,49		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( X ) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( X ) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( X ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	( X ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( x ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( x ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	( x ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	( x ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	-	-	-	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2021: (16.451)</b>			<b>Em 2020: 10.546</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	64% governo -47% colaboradores(as) 0% acionistas -48% terceiros 131% retido			65% governo 43% colaboradores(as) 0% acionistas 45% terceiros -53% retido		

## Notas Explicativas

**Energisa Comercializadora de Energia Ltda.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**exercício findo em 31 de dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

### 1. Contexto operacional

A Energisa Comercializadora de Energia Ltda., (“Empresa” ou “Comercializadora”) é uma empresa integrante do GRUPO ENERGISA que tem por objetivo a comercialização atacadista e varejista de energia elétrica e a prestação de serviços e consultoria em temas ligados a atividade de comercialização de energia elétrica. A Empresa possui sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

#### 1.1 Efeitos da COVID-19

##### Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também fizeram publicar diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

##### Impactos observados em 2021

Em 2021, a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade, tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus, notadamente a variante Ômicron, causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Comercializadora segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos, sendo as principais ações adotadas estão listadas a seguir:

- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;

- Acompanhamento dos contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;
- Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações na sua área de concessão, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais.
- Na Empresa 92,3% dos colaboradores já foram vacinados com a 2ª dose da vacina contra COVID-19.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionados acima. A Empresa segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

## **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

---

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A Empresa avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2021, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2022.

### **2.2 Moeda funcional e base de mensuração**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Empresa pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

### **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas**

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* -

IASB, requer que a Administração faça o uso julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 - Clientes;
- II. Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social;
- III. Nota explicativa nº 16 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- IV. Nota explicativa nº 19 - Custo e despesas operacionais;
- V. Nota explicativa nº 20 - Outras receitas (despesas) operacionais;
- VI. Nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- VII. Nota explicativa nº 24 - Benefícios-pós emprego.

### 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

---

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Principais políticas contábeis

a) **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

#### b) Instrumentos financeiros

##### *Ativos financeiros:*

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida os mesmos são avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### **Avaliação do modelo de negócio:**

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do

modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

#### **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:**

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Clientes - Nota explicativa nº 5; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 20.

A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para o contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não a Empresa as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de

perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

#### **Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2021, compreendem empréstimos e financiamentos, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar.

**Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de “*hedge*” em um “*hedge*” efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

**Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa que não são designados como instrumentos de “*hedge*” nas relações de “*hedge*” definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de “*hedge*” eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

#### **Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### **Compensação de instrumentos financeiros:**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **Instrumentos financeiros derivativos:**

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Empresa, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial,

aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

#### **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “*hedge*”:**

A Empresa designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo. No início da relação de “*hedge*”, a Empresa documenta a relação entre o instrumento de “*hedge*” e o item objeto de “*hedge*” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “*hedge*” e de maneira continuada, a Empresa e documenta se o instrumento de “*hedge*” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a “*hedge*”. A nota explicativa nº 23, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “*hedge*”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de “*hedge*”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de “*hedge*” (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de “*hedge*” e como determinar o índice de “*hedge*”). Um relacionamento de “*hedge*” se qualifica para contabilidade de “*hedge*” se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “*hedge*”.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de “*hedge*” da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “*hedge*” que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os “*hedges*” que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de “*hedge*” são registrados conforme descrito abaixo:

“*Hedges*” de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de “*hedge*” é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de “*hedge*” atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para “*hedges*” de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “*hedge*”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de “*hedge*” for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado

- c) **Clientes** - inclui a venda de energia elétrica a consumidores livres e no mercado de curto prazo que estão suportados por contratos de compra e venda e os montantes não faturados até o encerramento do balanço, são contabilizados com base no regime de competência.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d) **Redução a valor recuperável.**

**Ativo não financeiro:**

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Empresa neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Empresa, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Empresa, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Empresa.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Empresa não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2021 e 2020, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- e) **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- f) **Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- g) **Derivativos** - a Empresa detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 20;

- h) **Operações de compra e venda de energia** - a Empresa tem como atividade principal a compra e venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL), além disso, trabalha com a representação e gestão de consumidores livres de energia. Desta forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõe seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, a Empresa assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos destas carteiras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de riscos. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido. A Empresa não efetuou transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício;

- i) **Benefícios pós-emprego** - A Empresa possui plano de contribuição definida a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões na modalidade CD, prêmio de aposentadoria e plano de saúde. A obrigação líquida da Empresa quanto aos planos de contribuição definida a realização do cálculo é efetuada anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A Empresa patrocina plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Empresa concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido; e

- j) **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para riscos estão por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- k) **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

**Comercialização de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Empresa poderá vender a energia em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Empresa:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40(R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Empresa também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Empresa.

## 4. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 4.1 Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificado de Depósitos Bancário (CDB's). A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 102,0% do CDI (101,3% do CDI em 2020).

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	640	5.838
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata</b>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	70.676	12.112
<b>Total caixa e equivalentes de caixa - circulante <sup>(1)</sup></b>	<b>71.316</b>	<b>17.950</b>

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

#### 4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada por CDB's. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 100,0% do CDI (110,9% do CDI em 2020).

	2021	2020
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>		
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) <sup>(1)</sup>	2.774	2.728
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	9.833	10.466
<b>Fundo de Investimento Exclusivos</b>	-	<b>58.564</b>
Títulos Públicos	-	22.100
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	21.961
Letra Financeira (LF)	-	11.433
Letra Financeira Subordinada (LTN)	-	353
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	2.717
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados</b> <sup>(2)</sup>	<b>12.607</b>	<b>71.758</b>
Circulante	<b>6.993</b>	<b>66.674</b>
Não circulante	<b>5.614</b>	<b>5.084</b>

(1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados as garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 57,2% a 369,8% (90,0% a 100,0% em 2020) e média ponderada 100,0% (99,7% em 2020) do CDI.

(2) Inclui R\$12.607 (R\$13.194 em 2020) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

#### 5. Clientes

	2021	2020
Clientes - Mercado Livre	118.160	137.314
Clientes - Prestação de Serviço	855	811
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	(4.083)	(4.527)
<b>Total - circulante</b>	<b>114.932</b>	<b>133.598</b>
Circulante	<b>92.432</b>	<b>118.598</b>
Não circulante	<b>22.500</b>	<b>15.000</b>

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2021	2020
A vencer	116.878	130.181
Vencidos até 30 dias	642	2.518
Vencidos entre 31 a 90 dias	-	1
Vencidos entre 91 a 180 dias	18	1.275
Vencidos entre 181 e 360 dias	734	1.751
Vencidos acima de 360 dias	743	2.399
<b>Total - circulante</b>	<b>119.015</b>	<b>138.125</b>

As contas a receber são garantidas por instrumentos de fiança e seus vencimentos são em média no oitavo dia útil após o faturamento.

A provisão está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração, para cobrir as perdas esperadas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável e está alocada no contas a receber é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial - circulante - 2020 e 2019	4.527	2.910
Provisões (reversões) constituídas no exercício	(444)	1.617
<b>Saldo final - circulante - 2021 e 2020</b>	<b>4.083</b>	<b>4.527</b>

## 6. Tributos a recuperar

	2021	2020
Contribuição Social sobre o Lucro - CSSL	1.239	1.034
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.272	3.632
Contribuição ao PIS e a COFINS (*)	5.662	-
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	78	78
Outros	21	21
<b>Total</b>	<b>9.272</b>	<b>4.765</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.651</b>	<b>2.189</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>621</b>	<b>2.576</b>

(\*) Referem-se à créditos de PIS e COFINS originados pela aquisição de energia elétrica destinadas à revenda que no período de 2021 foram superiores aos débitos das contribuições.

Referem-se a créditos tributários e/ou recolhimentos de impostos a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 7. Outros créditos

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores para compra de energia	17.415	2.365
Adiantamento a empregados	101	99
Outros	119	259
<b>Total - Circulante</b>	<b>17.635</b>	<b>2.723</b>

## 8. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2021	2020
<b>Ativo prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social</b>		
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	15.720	1.629
Contribuição social sobre base negativa	5.802	636
<b>Ativo - Diferenças temporárias</b>		
Imposto de Renda	1.206	1.157
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido	434	416
<b>Total - não circulante</b>	<b>23.162</b>	<b>3.838</b>

	2021	2020
<b>Passivo - Diferenças temporárias</b>		
Imposto de Renda	(21.921)	(15.541)
Contribuição Social s/o Lucro Líquido	(7.891)	(5.595)
<b>Total - não circulante</b>	<b>(29.812)</b>	<b>(21.136)</b>
<b>Total Líquido - (Passivo não circulante)</b>	<b>(6.650)</b>	<b>(17.298)</b>

As diferenças temporárias são como segue:

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Prejuízos fiscais e base negativa CSLL	63.300	21.522	6.662	2.265
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	4.083	1.388	4.527	1.539
Marcação a mercado da dívida	(1.026)	(349)	(368)	(125)
Provisões para riscos (fiscais, cíveis e trabalhistas)	650	221	-	-
Provisão de ajuste atuarial	11	4	26	9
Outras adições temporárias	78	27	78	25
Marcação a mercado - derivativo	(86.655)	(29.463)	(61.799)	(21.011)
<b>Total Passivo não circulante</b>	<b>(19.559)</b>	<b>(6.650)</b>	<b>(50.874)</b>	<b>(17.298)</b>

	2021
2022	2.684
2023	8.753
2024	10.378
2025	194
2026	172
2027 e 2028	370
2029 a 2031	611
<b>Total</b>	<b>23.162</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2021	2020
Prejuízos antes dos impostos	(32.126)	(8.125)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
<b>Receita de imposto de renda e da contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinados</b>	<b>10.923</b>	<b>2.763</b>
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc)	(269)	(159)
Outras exclusões / (adições) permanentes	-	29
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>10.654</b>	<b>2.633</b>
Alíquota efetiva	33,16%	32,41%

## 9. Transações com partes relacionadas

---

A Empresa é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia (EMG);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Serviços Aéreos S/A;
- Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda;
- Energisa Soluções S/A (ESO);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Geração Usina Maurício S/A;
- Parque Eólico Sobradinho Ltda;
- Voltz Capital S/A.

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A.

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A,
- Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE);
- QMRA Participações S/A; e

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda (Laralsol);
- URB Energia Limpa Ltda.

Transações efetuadas durante o exercício pela Empresa:

	Compra de energia	Serviços contratados (1)	Outros resultados - receita	Débitos com partes relacionadas (2)	Fornecedores a pagar	Despesas com partes relacionadas (2)
Energisa S/A	-	(817)	-	(38.380)	(110)	(2.576)
Energisa-Geração - Usina Maurício S/A	(2.273)	-	-	-	-	-
Fundo de Investimentos - FDIC (3)	-	-	257	-	-	-
<b>2021</b>	<b>(2.273)</b>	<b>(817)</b>	<b>257</b>	<b>(38.380)</b>	<b>(110)</b>	<b>(2.576)</b>
<b>2020</b>	<b>(1.883)</b>	<b>(922)</b>	<b>-</b>	<b>(35.771)</b>	<b>(177)</b>	<b>(1.060)</b>

(1) Os serviços contratados junto à controladora Energisa S/A referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.

(2) Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 2,65 a.a. (CDI+ 2,65 em 2020 a.a.).

(3) Fundo de Investimentos - FIDC - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão dos créditos realizados no exercício.

**Remuneração dos administradores:**

	2021	2020
Remuneração Anual (1)	2.351	2.103
Remuneração da Diretoria	1.010	705
Outros Benefícios (2)	602	245

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021 foi aprovado em reunião de sócios realizada em 06 de abril de 2021.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro de 2021 foram de R\$46 e R\$17 (R\$48 e R\$15 em 2020) respectivamente. A remuneração média em 2021 foi de R\$31 (R\$31 em 2020).

**Programa de Remuneração Variável (ILP)**

A Empresa ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Empresa a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Empresa. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Empresa possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP <sup>(1)</sup>	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	6.438	2.010	1.791	4.632
Opções de ações prescritas	3.899	2.010	1.791	0
Data de aprovação do Conselho de Administração	10 de maio de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021
Data do início <i>vesting</i>	02 de maio de 2018	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2020	14 de maio de 2021
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco (2)	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade (3)	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

- 1) Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$85 representativo de 1.934 *Units*, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.
- 2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do programa - DI1J2022). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do programa - DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do programa - DI1J2023).
- 3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2021 para os programas 2º, 3º e 4º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Empresa, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Empresa apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidos R\$5 (R\$106 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas operacionais - Programa de remuneração variável -ILP. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$131 (R\$160 em 2020).

## 10. Fornecedores

	2021	2020
Compra de energia elétrica <sup>(1)</sup>	107.512	110.047
CCEE	3.996	8.394
Fornecedores - Materiais e Serviços	216	215
<b>Total</b>	<b>111.724</b>	<b>118.656</b>
<b>Circulante</b>	<b>99.224</b>	<b>110.323</b>
<b>Não circulante</b>	<b>12.500</b>	<b>8.333</b>

- (1) Compra de energia elétrica - refere-se a aquisições de energia elétrica comercializada a consumidores livres. O prazo médio de liquidação desses passivos é de 25 dias, exceto o saldo do não circulante. Esses compromissos estão garantidos por cartas de fiança.

## 11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda Nacional</b>							
IPCA	-	50.004	-	-	-	-	50.004
CDI	41.808	-	(40.000)	(3.148)	1.340	-	-
<b>Total do custo</b>	<b>41.808</b>	<b>50.004</b>	<b>(40.000)</b>	<b>(3.148)</b>	<b>1.340</b>	<b>-</b>	<b>50.004</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>							
<b>Moeda Estrangeira</b>							
Dólar	31.610	40.000	-	(1.071)	7.660	-	78.199
Marcação a mercado	(368)	-	-	-	-	(658)	(1.026)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>31.242</b>	<b>40.000</b>	<b>-</b>	<b>(1.071)</b>	<b>7.660</b>	<b>(658)</b>	<b>77.173</b>
<b>Total</b>	<b>73.050</b>	<b>90.004</b>	<b>(40.000)</b>	<b>(4.219)</b>	<b>9.000</b>	<b>(658)</b>	<b>127.177</b>
Circulante	41.817						33.644
Não circulante	31.233						93.533

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda Nacional</b>							
CDI	-	40.000	-	-	1.808	-	41.808
<b>Total ao custo</b>	<b>-</b>	<b>40.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.808</b>	<b>-</b>	<b>41.808</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>							
<b>Moeda Estrangeira</b>							
Dólar	66.737	-	(58.676)	(1.887)	25.436	-	31.610
Marcação a mercado	3	-	-	-	-	(371)	(368)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>66.740</b>	<b>-</b>	<b>(58.676)</b>	<b>(1.887)</b>	<b>25.436</b>	<b>(371)</b>	<b>31.242</b>
<b>Total</b>	<b>66.740</b>	<b>40.000</b>	<b>(58.676)</b>	<b>(1.887)</b>	<b>27.244</b>	<b>(371)</b>	<b>73.050</b>
Circulante	42.550						41.817
Não circulante	24.190						31.233

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (1)	Garantias (*)
	2021	2020					
SANTANDER FRN 4127249	-	41.808	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	8,52%	A
XP Comercializadora LP01-2024 (3)	50.004	-	IPCA	dez/24	Final	10,06%	S
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>50.004</b>	<b>41.808</b>					
ECOM X BBM - LOAN AGREEMENT N° 56889	44.254	-	1,76% a.a. (Pré)	jun/24	Anual a partir de 06/23	9,15%	A
ECOM X BBM LOAN AGREEMENT N° 56339	33.945	31.610	Libor + 0,56% a.a.	set/22	Final	8,11%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.026)	(368)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>77.173</b>	<b>31.242</b>					
<b>Total Energisa Comercializadora</b>	<b>127.177</b>	<b>73.050</b>					

(\*) A= Aval Energisa.

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 20 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) Refere-se a adiantamentos do contrato com lastro em compra e venda de energia, sem previsão de entrega física, cuja essência da operação se equipara a um instrumento de dívida.

O indicador utilizado para a atualização de empréstimos e financiamentos teve as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2021	2020
US\$ x R\$	7,39%	28,93%
Libor	0,16%	0,28%
CDI	4,42%	2,77%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora
2023	21.765
2024	71.768
<b>Total</b>	<b>93.533</b>

A Empresa tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

## 12. Impostos e contribuições sociais

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS <sup>(1)</sup>	75	1.393
Encargos Sociais	249	196
Contribuição social s/ o lucro líquido - CSLL	-	264
Contribuições ao PIS e a COFINS - corrente e diferido	9.322	6.199
Imposto Sobre serviços - ISS	14	12
Imposto de Renda Retido na Fonte a recolher - IRRF	206	118
Outros	13	9
<b>Total</b>	<b>9.879</b>	<b>8.191</b>
Circulante	454	3.167
Não circulante	9.425	5.024

(1) Refere-se a ICMS próprio incidente sobre energia elétrica comercializada com consumidores livres sediados no Estado do Rio de Janeiro e ICMS ST (substituição tributária) cobrado dos consumidores livres estabelecidos em outras UF's, a ser recolhido pela Empresa para os Estados onde se localizam os estabelecimentos dos clientes, conforme legislação.

## 13. Provisões possíveis para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

#### Perdas Prováveis:

	Cíveis	2021
Saldo inicial - 2020	-	-
Constituições de provisões	608	608
Atualização Monetária	42	42
<b>Saldos finais -2021</b>	<b>650</b>	<b>650</b>

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referentes às ações classificadas com risco provável:

#### Cível

Processo cível envolvendo discussão sobre revisão do contrato de prestação de serviço, onde o autor requer revisão em relação a cláusula take or pay.

#### Perdas Possíveis:

A Empresa possui processos de natureza cível, em andamento cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível pela Administração e pelos consultores jurídicos e, conseqüentemente não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

	Cível	Fiscal	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	3.674	550	4.224	4.050
Novos processos	45	-	45	-
Mudança de prognóstico	-	(567)	(567)	-
Atualização Monetária	406	17	423	174
<b>Saldo Final -2021 e 2020</b>	<b>4.125</b>	<b>-</b>	<b>4.125</b>	<b>4.224</b>

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referentes às ações classificadas com risco possível:

#### Cível

Os processos cíveis discutem principalmente indenizações por contrato de prestação de serviço e indenização.

#### Fiscal

Auto de Infração onde se discute questões envolvendo PerDcomp, cujo auto teve seu prognostico alterado de possível para remoto durante o exercício.

## 14. Patrimônio líquido

### 14.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$5.119 (R\$5.119 em 2020) e está representado por 5.119.000 (5.119.000 em 2020) quotas com valor nominal de R\$1,00.

### 14.2 Reserva de Capital

Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$131 (R\$160 em 2020) refere-se ao Programa Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), vide nota explicativa nº 9.

### 14.3 Reserva Especial de distribuição de lucros

O montante apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$111 (R\$21.583 em 2020) pois houve absorção da reserva especial com prejuízo do exercício, de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da Empresa permitir.

	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	21.583	27.075
Transferência de reserva	(21.472)	(5.492)
<b>Saldo final - 2021 e 2020</b>	<b>111</b>	<b>21.583</b>

### 14.4 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	157	24
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	18	202
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(6)	(69)
<b>Saldo final - 2021 e 2020</b>	<b>169</b>	<b>157</b>

## 15. Receita Operacional Líquida

	2021	2020
Venda de energia elétrica - Mercado Livre	982.428	1.039.112
Suprimento Energia	1.695	346
Serviços prestados	1.617	1.327
<b>Total receita operacional bruta</b>	<b>985.740</b>	<b>1.040.785</b>
Deduções à receita operacional		
ICMS	-	(45)
PIS	(16.265)	(17.172)
COFINS	(74.915)	(79.093)
ISS	(80)	(66)
<b>Total das deduções à receita operacional</b>	<b>(91.260)</b>	<b>(96.376)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>894.480</b>	<b>944.409</b>

## 16. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza dos Gastos	Custos com Energia Elétrica Vendida	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	
				2021	2020
Energia Elétrica comprada para revenda	923.631	-	-	923.631	912.914
Pessoal e administradores	-	-	8.702	8.702	4.902
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	5	5	106
Benefícios pós-emprego	-	-	139	139	173
Material	-	-	11	11	8
Serviços de terceiro	-	-	2.240	2.240	2.665
Depreciação e amortização	-	-	159	159	99
Provisão (reversão) para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	-	(444)	-	(444)	1.617
Provisões possíveis para riscos cíveis.	-	-	608	608	-
Outras	-	-	1.321	1.321	598
	<b>923.631</b>	<b>(444)</b>	<b>13.185</b>	<b>936.372</b>	<b>923.082</b>

## 17. Outras receitas (despesas) operacionais

### Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia

A Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido de R\$19.212 (R\$21.814 em 2020), líquido de impostos, foi reconhecida no resultado, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	924.165	452.170
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	(904.953)	(473.984)
Outros	(3.721)	(5.112)
<b>Total</b>	<b>15.491</b>	<b>(26.926)</b>

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2021.

## 18. Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Receita de aplicações financeiras	1.940	1.106
Juros Selic s/impostos a recuperar	49	133
Tributos s/receita financeira	(102)	(107)
Atualização financeira CCEE	-	724
Outras receitas financeiras	209	340
<b>Total receita financeira</b>	<b>2.096</b>	<b>2.196</b>
Encargos de dívidas - juros	(2.457)	(3.589)
Variação monetária e cambial	(6.543)	(23.655)
Marcação mercado de dívidas	658	371
Marcação mercado derivativos	(658)	(371)
Instrumentos financeiros derivativos	4.592	24.025
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(616)	(72)
Despesas Bancárias	(169)	(290)
Atualização de mútuos	(2.576)	(1.060)
Outras despesas financeiras	(52)	(81)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(7.821)</b>	<b>(4.722)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(5.725)</b>	<b>(2.526)</b>

## 19. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que sejam civilmente responsáveis pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2021	2020
Auto - Frota	23/10/2022	Até 1.110/ veículo	3	2
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	5.838	18	13
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	9	10
			<b>30</b>	<b>25</b>

(\*) Importância Segurada relativa ao mês de janeiro/2022 e prêmio anualizado.

## 20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalente de caixa		71.316	71.316	17.950	17.950
Clientes		114.932	114.932	133.598	133.598
		<b>186.248</b>	<b>186.248</b>	<b>151.548</b>	<b>151.548</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	12.607	12.607	71.758	71.758
Instrumentos financeiros derivativos	2	15.509	15.509	6.720	6.720
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos futuros de energia	2	504.016	504.016	339.754	339.754
		<b>532.132</b>	<b>532.132</b>	<b>418.232</b>	<b>418.232</b>

	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		111.724	111.724	118.656	118.656
Empréstimos e Financiamentos		127.177	127.177	73.050	73.050
Arrendamentos operacionais		25	25	63	63
		<b>238.926</b>	<b>238.926</b>	<b>191.769</b>	<b>191.769</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	3.639	3.639	493	493
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos futuros de energia	2	429.231	429.231	284.182	284.182
		<b>432.870</b>	<b>432.870</b>	<b>284.675</b>	<b>284.675</b>

## Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Empresa tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

## Fair Value Option

A Empresa optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Empresa possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “*swap*” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “*swaps*” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2020 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Empresa.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$658 e

(R\$371 em 2020) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Empresa. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no web site da Controladora) e no regimento interno da diretoria da Empresa. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a empresa.

A política de gestão de risco visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

A Empresa conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

A política de gestão de riscos visa ainda:

- Permitir transparência em relação à gestão de riscos, através de sua adequada avaliação, mensuração e reporte pronto de eventuais exposições de risco contratuais;
- Assegurar que a Empresa tenha a clara e integral compreensão de sua posição geral e seus riscos associados;
- Assegurar que sistemas, pessoal e relatórios necessários sejam disponibilizados e implantados, a fim de permitir não só a correta gestão dos riscos, como também os devidos reportes aos seus sócios, colaboradores e público externo;
- Assegurar que os retornos obtidos e almejados estejam alinhados com os riscos assumidos e com a estrutura de retorno da Empresa;
- Limitar as perdas em potencial até certo valor, dentro das tolerâncias estabelecidas pelos sócios da empresa;
- Promover a responsabilidade na execução das transações comerciais;
- Estabelecer uma divisão de responsabilidades claramente definida; e
- Promover a conformidade com as melhores práticas comerciais.

#### *Forma de avaliação de riscos*

A avaliação de riscos é realizada de modo dinâmico, buscando constante evolução e alinhada ao planejamento estratégico da Empresa. Ela atua com o objetivo de se obter a melhor relação entre os riscos assumidos e o retorno esperado, definindo limites financeiros de exposição a risco para cada tipo de transação comercial realizada. Para a quantificação dos riscos nas operações comerciais, a Empresa utiliza métricas e indicadores como Valor em Risco (VaR), Intervalo Médio Real (ATR), testes de stress, liquidez dos produtos, dentre outros.

As métricas de risco devem ser capazes de identificar mudanças importantes no portfólio de contratos da Empresa dentro de período e intervalo de confiança previamente definidos. Não há regras específicas para a determinação deste intervalo, e sua variação depende da aversão a risco de quem o adota.

As métricas e controles de risco são revistas periodicamente, a fim de mantê-los em conformidade para a identificação e mitigação de riscos aos quais a Empresa está exposta na realização de seus negócios.

Os riscos mais significativos são:

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2021	2020
Dívida (*)	127.177	73.050
Caixa e equivalentes de caixa	(71.316)	(17.950)
<b>Dívida líquida</b>	<b>55.861</b>	<b>55.100</b>
Patrimônio líquido	5.530	27.019
Índice de endividamento líquido	10,10	2,04

(\*) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

### Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de recebimentos de seus recebíveis ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da empresa. O saldo do passivo financeiro - fornecedores no montante de R\$111.724 (R\$118.656 em 2020) tem seu prazo médio de liquidação em até 25 dias.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		99.224	-	-	-	12.500	111.724
Empréstimos e financiamentos	10,27%	416	37.328	96.528	-	-	134.272
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.899	(7.769)	(7.000)	-	-	(11.870)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	25.993	-	-	(100.778)	(74.785)
<b>Total</b>		<b>102.539</b>	<b>55.552</b>	<b>89.528</b>	<b>-</b>	<b>(88.278)</b>	<b>159.341</b>

(1) (\*) A cobertura de exposições na carteira da Empresa dependerá da liquidez do mercado no momento em que tal decisão foi tomada. Para que a gestão de tal risco seja realizada de modo a evitar esse tipo de exposição, considera-se o limite máximo de exposição em volume (MWh) para cada produto do portfólio, considerando sua liquidez no mercado para a compra ou venda, desde que não exerça impacto significativo no preço de mercado.

### Risco de solvência

Tal risco ocorre em função do desequilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, além de descasamentos entre as datas de pagamentos e recebimentos que venham a afetar a disponibilidade do caixa da Empresa.

A gestão do risco de solvência é realizada com base em reportes e projeções diários do fluxo de caixa da Empresa, visando a manutenção de uma reserva mínima, levando em consideração potenciais variações nas curvas de mercado, bem como eventuais retenções financeiras.

A Empresa mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

### Riscos de contraparte

São riscos originados no relacionamento da Empresa com suas contrapartes. No caso de um vendedor não entregar energia, ou de um comprador não honrar seus compromissos com a Empresa, esta pode vir a perceber impactos financeiros.

A utilização de uma classificação de crédito para as contrapartes é uma ferramenta importante no gerenciamento desse tipo de riscos, essa é baseada tanto em agências de crédito quanto em métricas desenvolvidas internamente, além da exigência de garantias de acordo com a classificação e capacidade de liquidez da contraparte.

A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados aos bancos, efetuando seus aportes de recursos em instituições financeiras de primeira linha. Com relação às contrapartes, a Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise criteriosa, considerando o ambiente econômico atual e vínculo de liquidação no CCEE.

#### Riscos legais e regulatórios

São riscos relacionados à criação ou mudança de regras e legislação vigentes no setor elétrico, podendo mesmo ser enquadrados como não gerenciáveis. A mitigação, porém, é possível, através do acompanhamento e antecipação de alterações, através de contatos profissionais, participação em grupos técnicos de entidades e associações, acompanhamento das notícias do setor e de sites de interesse, como os da ANEEL, MME, CCEE, EPE, entre outros, e entendimento de seus impactos nos negócios da Empresa.

#### Riscos de operação do sistema

Riscos originados de alterações na política operativa do Sistema Interligado Nacional como, por exemplo, geração térmica fora da ordem de mérito, alterações de capacidades de intercâmbios entre subsistemas etc. Tais riscos podem resultar em alterações de preços sensíveis ao negócio da Empresa.

Sua mitigação é feita através do acompanhamento de dados operativos e reportes sobre as condições operativas definidas e praticadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), bem como via contato com os principais agentes do mercado.

#### Riscos operacionais

A capacidade da Empresa de atuar conforme expectativas de seus clientes, de reter e atrair novos clientes, de gerenciar devidamente seus processos, de sua infraestrutura tecnológica influi no negócio da Empresa, e os riscos decorrentes de cada ponto listado devem ser conhecidos, monitorados e mitigados pela Empresa.

#### Riscos estratégicos

A capacidade da empresa de atuar em conformidade com seu perfil de risco e sua estratégia, de reagir à atuação da concorrência, da manutenção de sua imagem, e ainda a própria definição da estratégia de negócio são fatores vitais ao negócio da Empresa, e devem ser conhecidos, monitorados e controlados por todos seus colaboradores conforme a área de atuação de cada um.

#### **Risco de crédito**

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Os créditos com clientes, não trazem riscos, pois são garantidos por carta de fiança.

#### **Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	71.316	17.950
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	12.607	71.758
Clientes	5	114.932	133.598
Instrumentos financeiros derivativos	20	86.655	61.799

### Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

O empréstimo e financiamento em moeda estrangeira, apresentados na nota explicativa nº 11, é composto de financiamentos obtidos junto ao Santander. A taxa de juros é definida por este agente, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Empresa está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Empresa são suscetíveis as variações dos passivos atrelados a moedas estrangeira, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2021 com alta de 7,39% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R\$5,5805/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2021 era de 10,79%, enquanto em 31 de dezembro de 2020 era de 14,12%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Empresa, em 2021 de R\$127.177 (R\$73.050 em 2020), de R\$77.173 (R\$31.242 em 2020), estão representados em dólares, conforme nota explicativa nº 11 As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhados abaixo.

A Empresa possui empréstimo em moeda estrangeira com vencimento de longo prazo, setembro de 2022, e custo máximo de 0,56% ao ano mais libor.

Em 31 de dezembro de 2021 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2021	2020
Ativo circulante	47.012	34.739
Ativo não circulante	472.513	311.735
Passivo circulante	68.135	33.061
Passivo não circulante	364.735	251.614

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração.

A Empresa possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados a variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bocom BBM	6.081	(LIBOR + 0,56%) x 133,33%	CDI + 0,59%	19/09/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	7.919	USD + 2,34%	CDI + 1,36%	10/06/2024	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Empresa, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2021	2020		2021	2020
Dívida designada para “Fair Value Option”	65.000	25.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(77.169)	(31.241)
Swap Cambial (Derivativo)	65.000	25.000	<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	77.169	31.241
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(65.299)	(25.014)
			Posição Líquida Swap	11.870	6.227
			Posição Líquida Dívida + Swap	(65.299)	(25.014)

O valor justo dos derivativos efetuados em 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 11 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Empresa não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MTM) das operações da Empresa foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MTM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

### Análise de Sensibilidade

A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

#### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e Libor	(65.000)		(55.185)	(72.023)	(88.862)
Variação Dívida	-		9.815	(7.023)	(23.862)
<b>Swap de Juros</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	77.169		67.354	84.192	101.031
Variação - Taxa de Juros	-		(9.815)	7.023	23.862
<b>Posição Passiva</b>		Alta US\$			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(65.299)		(65.299)	(65.299)	(65.299)
Variação - CDI	-		0	0	0
<b>Subtotal</b>	11.870		2.055	18.893	35.732
<b>Total Líquido</b>	<b>(53.130)</b>		<b>(53.130)</b>	<b>(53.130)</b>	<b>(53.130)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 2021, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$53.130, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$53.130 em ambos os casos.

### b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 4,42% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	83.283	Alta CDI	9.244	11.555	13.866
<b>Instrumentos financeiros passivos:</b>					
Swap	(65.299)	Alta CDI	(7.248)	(9.060)	(10.872)
Empréstimos e financiamentos	(50.004)	Alta IPCA	(5.030)	(6.288)	(7.545)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(115.303)</b>		<b>(12.278)</b>	<b>(15.348)</b>	<b>(18.417)</b>
<b>Total - (Perdas)</b>	<b>(32.020)</b>		<b>(3.034)</b>	<b>(3.792)</b>	<b>(4.550)</b>

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (11,10% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021, IPCA 10,06% ao de dezembro 2021

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$11.874

### c) Variação da curva de preço de energia

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira da Empresa mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros:</b>					
Contratos futuros de energia - Compra	(284.182)	Alta PLD	(5.404)	(6.755)	(8.106)
Contratos futuros de energia - Venda	339.755		25.394	31.743	38.091
<b>Total Líquido - Cenário Alta PLD</b>	<b>55.573</b>		<b>19.990</b>	<b>24.988</b>	<b>29.985</b>

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros:</b>					
Contratos futuros de energia - Compra	(284.182)	Baixa PLD	5.404	6.755	8.106
Contratos futuros de energia - Venda	339.755		(25.394)	(31.743)	(38.091)
<b>Total Líquido - Cenário Baixa PLD</b>	<b>55.573</b>		<b>(19.990)</b>	<b>(24.988)</b>	<b>(29.985)</b>

## 21. Benefícios pós-emprego

Os saldos registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de:

	2021	2020
Provisão atuarial - Prêmio Aposentaria	1	1
Provisão atuarial - Saúde	10	25
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>26</b>
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>11</b>	<b>26</b>

### 21.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2021 o plano possuía 10 (6 em 2020) participantes ativos e 1 BPD. Em 2020 não havia nenhum assistido, BPD ou pensionista.

A Empresa reconheceu como despesa referente aos planos o montante de R\$138 (R\$173 em 2020).

### 21.2 Prêmio aposentadoria

A Empresa em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$1 (R\$1 em 2020) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R\$1 (R\$1 em 2020).

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

Reconciliação	2021	2020
Posição líquida em 2020 e 2019	1	52
Curso do serviço corrente	1	42
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(1)	(93)
<b>Posição líquida em 2021 e 2020</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Circulante	1	1

Demonstração das despesas para os exercícios de 2022, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2022
Custo do serviço corrente	1
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>1</b>

### 21.3 Plano de saúde

A Empresa mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade de pós pagamento, onde as contribuições mensais da Empresa correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela

variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2021 é de R\$10 (R\$25 em 2020), tendo sido apurado no exercício de 2021 uma redução no montante de R\$15 (R\$96 em 2020) dos quais R\$1 (R\$5 em 2020) foi registrado na rubrica entidade de previdência privada - despesa de pessoal, R\$1 (R\$9 em 2020) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R\$17 (R\$110 em 2020) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Empresa participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R\$271 (R\$232 em 2020). Inclui R\$1 (R\$5 em 2020) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

	2021	2020
Valor presente das obrigações no início do ano	25	121
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1	5
Juros sobre obrigação atuarial	1	9
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(17)	(110)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	10	25
Circulante	1	3
Não circulante	9	22

Demonstração das despesas para os exercícios de 2022, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2021
Juros sobre as obrigações atuariais	1
Valor das obrigações calculadas no final do ano	1

#### a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	SULAMERICA	
	2021	2020
<b>VARIÁVEIS ECONÔMICAS</b>		
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,31%	3,80%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,50%	3,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	10,05%	6,91%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,50%	3,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	7,12%
Taxa de Rotatividade	17,00%	17,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%
<b>TÁBUAS BIOMÉTRICAS</b>		
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

## 22. Compromissos

A Empresa possui os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

Contrato de venda energia					
Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
2022 a 2032	716.069	380.130	311.953	232.362	812.545

A Empresa possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia para revenda, como segue:

Contrato de compra energia					
Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
2022 a 2032	705.839	378.566	258.030	213.336	1.401.492

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2021.

## **Diretoria Executiva**

---

**Mauricio Perez Botelho**  
Administrador

**Alexandre Nogueira Ferreira**  
Administrador

**Roberta Gonçalves de Godoi**  
Administradora

**Pedro Henrique Portela Vidal**  
Administrador

**Roni Wajnberg**  
Administrador

**Vicente Cortes de Carvalho**  
Contador  
CRC-MG 042523/O-7

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

---

Aos  
Quotistas, Diretores e Administradores da  
**Energisa Comercializadora de Energia Ltda.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretores da Empresa, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretores da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há

distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretores e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretores é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretores é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretores pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretores.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretores, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos  
Contador CRC - 1RJ093771/O-9